

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
NIF: 501 095 535
Rua: Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel: 256 374 472 - Fax: 256 375 405

Li Calafin
ce 3644

Shiray

Alca Lopez

Car.
zuba

Rogério Dias



Assembleia Geral

Santa Maria da Feira 26 de março de 2026

Li Cunha
ce36hh

Shiray
Araújo

Índice

1. Nota Introdutória.....	3
2. Políticas.....	5
3. Monitorização e Medição.....	12
4. Relatório de Desempenho das Valências relativas a 2025.....	13
5. Actividades em destaque 2025.....	21
6. Contas do Exercício 2025.....	25
7. Anexo.....	28
8. Órgãos Sociais.....	44

Nota Introdutória

O presente Relatório de Atividades e Contas da Cercifeira, referente ao exercício de 2025, apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas ao longo do ano, em conformidade com o Plano de Atividades definido para o período em análise. Este documento evidencia o grau de execução das iniciativas previstas, os resultados alcançados e o contributo das diversas partes interessadas, nomeadamente clientes, familiares, colaboradores, parceiros financeiros e fornecedores.

Ao longo do exercício foram desenvolvidas várias ações orientadas para a consolidação e sustentabilidade da instituição, mantendo sempre presente o compromisso com a missão, os valores e a qualidade dos serviços prestados pela Cercifeira.

Do ponto de vista económico e financeiro, a instituição apresentou uma situação equilibrada, evidenciada por um total de ativo de 1.661.104,29 euros e um total de passivo de 575.493,74 euros.

O exercício de 2025 encerrou com um resultado líquido positivo de 5.976 euros.

No que respeita à estrutura de gastos, os gastos com pessoal continuam a representar a principal componente, totalizando 1.738.093,09 euros, o que corresponde a 61,9% do total dos gastos da instituição, registando um crescimento de 5,8% face ao ano de 2024.

Globalmente, o total dos gastos registou um aumento de 1,5% relativamente ao exercício anterior, enquanto os rendimentos apresentaram um crescimento de 1,6%. Comparativamente ao orçamento previsto, verificou-se uma execução inferior ao estimado, tendo os gastos ficado 3,8% abaixo do valor orçamentado e os rendimentos 3,6% abaixo do previsto.

Relativamente às despesas da instituição, estas registaram um crescimento de 14,5% face a 2024, refletindo o aumento dos custos associados ao funcionamento e à continuidade das atividades desenvolvidas.

Em conclusão, os resultados do exercício de 2025 evidenciam uma gestão responsável e equilibrada da Cercifeira, garantindo a continuidade das suas atividades e o cumprimento da sua missão junto da comunidade.

A Direção

POLÍTICAS

Missão

A Missão da CERCIFEIRA é promover e acompanhar o desenvolvimento global do ser humano, abrangendo as várias etapas da vida, desde a infância à terceira idade, fomentando a educação, reabilitação e formação, com vista à integração socioprofissional e apoio social e afetivo dos seus clientes.

Visão

Ser uma organização de referência, sólida e inovadora, no sistema de educação e sócio profissional que promove a inserção social e profissional de grupos com especiais dificuldades, com vista à inclusão na vida social e ativa, baseando o seu trabalho na parceria com diferentes stakeholders (clientes, colaboradores, cooperantes, comunidade, estado, outras organizações da sociedade civil, empresários e com a comunicação social)

Valores

O cumprimento da nossa missão assenta no seguinte conjunto de valores e de comportamentos:

- Ética e respeito pelas pessoas
- Equidade e Igualdade de tratamento
- Qualidade e inovação dos serviços
- Responsabilidade social e ambiental
- Confidencialidade
- Privacidade

Política da Qualidade

A política da qualidade da Cercifeira ao nível da sua atuação assenta nos seguintes macro objetivos, traduzidos e avaliados anualmente nos respetivos planos de Actividades da organização:

- Garantir a melhoria contínua;
- Assegurar a satisfação das partes interessadas;
- Assegurar o envolvimento das partes interessadas;
- Garantir a qualidade dos serviços;
- Garantir a inovação e aplicação de novas tecnologias

Política de Ética e Bem-Estar

A política de ética e bem-estar da CERCIFEIRA assenta em diversas fontes normativas conforme Código de Ética da CERCIFEIRA e conceito de bem-estar.

Aquela política deve ser incorporada pelos colaboradores, no exercício da sua atividade tendo presente os princípios fundamentais de conduta organizacional, adotando na sua intervenção uma abordagem holística e a prestação de um serviço de qualidade orientado para o cliente.

O Código de Ética é dirigido a todos os intervenientes na organização CERCIFEIRA, de forma a garantir a persecução da missão e valores organizacionais. Nele estão critérios profissionais, princípios e valores que orientam os comportamentos como sendo: Ética e respeito pelas pessoas; Qualidade e inovação dos serviços; Responsabilidade social e ambiental; Confidencialidade; Privacidade; Equidade e Igualdade.

A fim de garantir a adequação dos comportamentos éticos e interação dos recursos humanos, encontram-se definidos no Manual de Funções as competências, funções e responsabilidades das várias categorias profissionais.

O código de ética foi elaborado e implementado de forma a proteger os clientes de riscos, assegurando a sua dignidade e a promoção de justiça social.

A política de Ética e bem-estar completam-se. O bem – estar é um conjunto de práticas que engloba o bem-estar Físico, Emocional, e Material.

Considerando o Bem-Estar Físico como saúde física, ausência de doenças, e um bom funcionamento metabólico.

Em relação ao Bem-Estar Emocional, está directamente ligado:

- Autoconhecimento Emocional (identificar as emoções e a forma como lidar com elas).
- Controle Emocional (capacidade de controlar impulsos e canalizar emoções positivas).
- Auto Motivação (capacidade de se auto motivar diante das frustrações).
- Empatia.
- Desenvolver relacionamentos interpessoais.

Bem – Estar Material: Consiste no conforto material: casa, alimentação saudável, vestuário, água potável, electricidade ou seja as necessidades materiais tem que estar completas para se conseguir o Bem- Estar Material.

Assim Ética e Bem-Estar reforçam-se mutuamente, resultando numa melhor qualidade de vida para o Ser Humano.

Política de Participação e Inclusão dos Clientes

O modelo de gestão da Cercifeira assume a *Orientação para o Cliente* como referencial. Os nossos clientes são assim chamados a participar ativamente na vida da organização, estando o direito à participação expressamente consagrado na Carta de Direitos e Deveres dos Clientes. A CERCIFEIRA promove ainda a Inclusão Socio-profissional dando ao Cliente um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão e a dificuldade de acesso aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Assim, oferece um conjunto de oportunidades diferenciadas para que todos tenham igual acesso a informação, bens e serviços, garantindo a participação igualitária de todos na sociedade. A Política de Participação e Inclusão dos Clientes da CERCIFEIRA procura ser "voz ativa" ao nível da educação, reabilitação e integração sócio profissional do público-alvo, através de uma mediação constante com a comunidade.

Dimensões da participação dos clientes

Participação na elaboração, gestão e avaliação dos processos de intervenção de forma conjunta enquanto atores fundamentais dos mesmos

- Participação na gestão da organização, designadamente na avaliação dos serviços prestados, bem como na organização e avaliação do sistema de funcionamento
- Participação no processo de mobilização dos clientes, no sentido do seu envolvimento e adesão aos programas, atividades e às regras de funcionamento

Mecanismos de participação dos clientes

- Participação na organização, desenvolvimento e execução dos Planos Individuais, através do seu contributo nas escolhas e tomada de decisão sobre os mesmos.
- Contratualização dos objetivos, no sentido de potenciar um maior envolvimento e aumentar a eficácia da prestação de serviços
- Apresentação espontânea de sugestões, elogios e reclamações individualmente ou através do grupo de auto representantes
- Resposta aos questionários da metodologia de avaliação da qualidade dos serviços prestados

A Cercifeira promove a participação e inclusão dos seus clientes a todos os níveis da organização, bem como da comunidade, tornando-os ativos na organização e promovendo a sua capacitação (empowerment) e o exercício da sua cidadania. Este conceito surge como um fenómeno sociológico habitualmente relacionado com grupos socialmente em desvantagem e visa dar-lhes o poder, a liberdade e a informação que lhes permita tomar decisões e participar activamente da organização. O empowerment baseia-se em 4 poderes fundamentais:

- poder de escolha – escolha das actividades, dos objectivos, dos serviços, entre outros;
- poder de opinião – podem manifestar a sua opinião através de sugestões e reclamações, participação em grupos de representantes e de clientes;
- poder de influência – capacidade de serem agentes de mudança em todas as áreas da sua vida;
- poder de intervenção ativa – quer na sua própria vida, quer na vida da organização.

A organização, conjuntamente com outras entidades defende os direitos dos clientes (advocacy), promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Um dos princípios orientadores da intervenção é a permanente adaptação às características e funcionalidades dos clientes, num processo de melhoria contínua. Esta exigência implica que a Política de Participação seja revista anualmente. Assim, as estratégias de envolvimento e participação dos clientes são escolhidas de acordo com as características funcionais de cada cliente, conforme matriz apresentada no Plano de Participação das Partes Interessadas.

Política de Confidencialidade

A nossa ação norteia-se por princípios de reserva da vida privada, das liberdades, direitos e garantias. A CERCIFEIRA não divulga ou vende os dados dos seus colaboradores e/ ou clientes a outrem, pois todas as informações são confidenciais.

Colaboradores e/ ou clientes têm direito ao acesso, alteração e cancelamento dos seus dados, se assim o desejarem. O acesso à informação é condicionado e monitorizado sempre.

Dos colaboradores esperam-se princípios de reserva, discrição e sigilo profissional, de forma a evitar que sejam divulgados factos e informações que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

Política de Prevenção de Maus Tratos e de Abuso Físico, Mental e Financeiro

Esta política inspira-se nos marcos fundamentais de defesa e promoção dos direitos das pessoas “Declaração Universal dos Direitos do Homem”; “Convenção sobre os Direitos das Crianças” e “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”.

A Organização pauta a sua atuação pelo respeito da dignidade de todas as pessoas, assegurando a igualdade de oportunidades na saúde, na educação e na formação, pela identificação e resolução de situações de negligência, maus tratos e abusos e o seu devido encaminhamento para as entidades competentes. A Cercifeira assume assim, a responsabilidade de assegurar que existam mecanismos de garantia e de controle para reduzir os riscos de negligência, abuso sexual, abuso financeiro, maus tratos e discriminação de clientes, para tal define um procedimento para tratar estas situações e assegura rotação regular dos colaboradores perante tarefas mais pesadas ou difíceis, com vista a reduzir o risco de "burnout", ajudando a prevenir desta forma possíveis situações de maus tratos.

Para que fique claro para todas as partes interessadas, a CERCIFEIRA clarifica os respetivos conceitos e sinais de alerta:

- 1. Discriminação:** ato de considerar que certas características que uma pessoa tem são motivos para que sejam vedados direitos que os outros têm. Numa palavra, é considerar que a diferença implica diferentes direitos. (ver Carta de Direitos da CERCIFEIRA nº III)
- 2. Maus Tratos:** qualquer ação ou omissão não acidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e bem-estar biopsicossocial e afetivo da vítima. Existe uma multiplicidade de situações que consubstanciam a prática de maus tratos, os quais podem apresentar diferentes formas clínicas, por vezes associadas: *negligência, mau trato físico, abuso sexual, mau trato psicológico/emocional e financeiro.*
 - 2.1 Negligência:** incapacidade de proporcionar à pessoa a satisfação de necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação e saúde, indispensáveis para o crescimento, desenvolvimento e bem-estar adequados. Regra geral, é continuada no tempo, pode manifestar-se de forma grave, em que existe prática ou omissão de comportamento do qual resulta a violação de um direito da vítima que seria expectável pelo lesante ou *leve*, quando existe prática ou omissão de comportamento do qual resulta a violação de um direito da vítima sem que o lesante o esperasse (ex. incompetência ou incapacidade dos pais, ou outros responsáveis) (**Quadro 1**)

Quadro 1 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de negligência

- Carência de higiene (*tendo em conta as normas culturais e o meio familiar*);
- Vestuário desadequado em relação à estação do ano e lesões consequentes de exposições climáticas adversas;
- Inexistência de rotinas (nomeadamente, alimentação e ciclo sono/vigília);
- Hematomas ou outras lesões inexplicadas e acidentes frequentes por falta de supervisão de situações perigosas;
- Perturbações no desenvolvimento e nas aquisições sociais (linguagem, motricidade, socialização) que não estejam a ser devidamente acompanhadas;
- Incumprimento de recomendações médicas e programas nacionais de saúde próprios a cada caso;
- Doença crónica sem cuidados adequados (falta de adesão a vigilância e terapêutica programadas);
- Intoxicações e acidentes de repetição.

- 2.2 Mau trato físico:** qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à pessoa (vítima), a qual provoque (ou possa vir a provocar) dano físico. Este tipo de maus tratos engloba um conjunto diversificado de situações traumáticas, (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de mau trato físico

- Equimoses, hematomas, escoriações, queimaduras, cortes e mordeduras em locais pouco comuns aos traumatismos de tipo acidental;
- Síndrome da criança abandonada (sacudida ou chocalhada);
- Alopecia traumática e/ou por postura prolongada com deformação do crânio;
- Lesões provocadas que deixam marca(s) (por exemplo, de fivela, corda, mãos, chicote, régua...);
- Sequelas de traumatismo antigo (calos ósseos resultantes de fratura);
- Fraturas das costelas e corpos vertebrais, fratura de metáfise;
- Demora ou ausência na procura de cuidados médicos;
- História inadequada ou recusa em explicar o mecanismo da lesão pela criança ou pelos diferentes cuidadores;
- Perturbações do desenvolvimento (peso, estatura, linguagem, ...);
- Alterações graves do estado nutricional.

2.3 Mau trato psicológico/emocional: resulta da privação de um ambiente de segurança e de bem-estar afetivo indispensável ao crescimento, desenvolvimento e comportamento equilibrados da pessoa. Engloba diferentes situações, desde a precariedade de cuidados ou de afeição adequados à idade e situação pessoal, até à completa rejeição afetiva, passando pela depreciação permanente da pessoa, bulling, com frequente repercussão negativa a nível comportamental (**Quadro 3**).

Quadro 3 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de mau trato psicológico/emocional

- Episódios de urgência repetidos por cefaleias, dores musculares e abdominais sem causa orgânica aparente;
- Comportamentos agressivos (autoagressividade e/ou hetera agressividade) e/ou automutilação;
- Excessiva ansiedade ou dificuldade nas relações afetivas interpessoais;
- Perturbações do comportamento alimentar;
- Perturbações do sono;
- Alterações do controlo dos esfíncteres (enurese, encoprose);
- Choro incontrolável no primeiro ano de vida;
- Comportamento ou ideação suicida.

3. Abuso Sexual: corresponde ao envolvimento de uma criança/adolescente ou pessoa em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de outra pessoa. Baseia-se numa relação de poder ou de autoridade e consubstancia-se em práticas nas quais a criança/adolescente ou pessoa, em função do estágio de desenvolvimento:

- Não tem capacidade para compreender que delas é vítima;
- Percebendo que o é, não tem capacidade para nomear o abuso sexual;
- Não se encontra estruturalmente preparada;

4. Monitorização e Medição

Atividades Desenvolvidas

As Principais Atividades Desenvolvidas foram programadas de acordo com os objetivos operacionais do plano de atividades para 2025

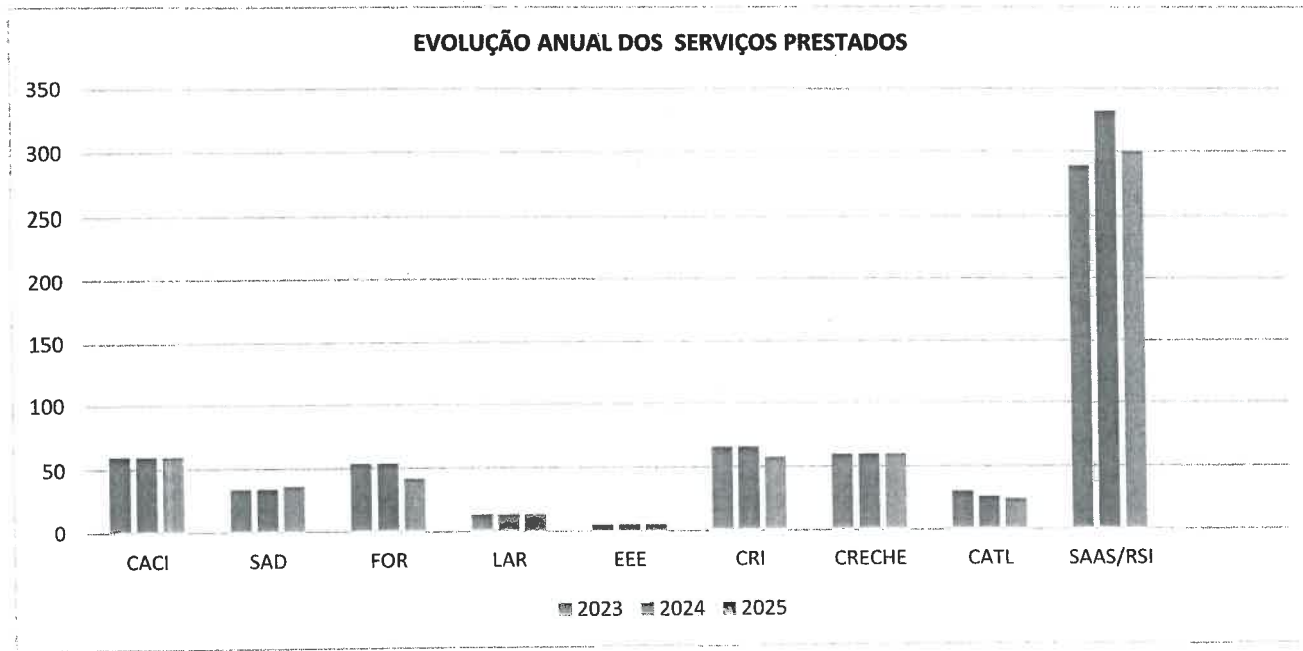
1. MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS
2. PROJETOS e PLANO DE INVESTIMENTOS
3. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DA REDE SOCIAL, FENACERCI E CONFECOOP
4. REVISÃO E REEMPLANTAÇÃO DESEMPENHO DOS COLABORADORES
5. RECURSOS HUMANOS
6. MONITORIZAR E AVALIAR A EFICACIA DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA DA ORGANIZAÇÃO
7. MANTER E POTENCIAR A REDE DE PARECERIAS

Paulo
CC3664
Acco (Subscrito)
Shingy
Comp.
Angela

5. Relatório de Desempenho das Valências relativas a 2025

Valências	LAR	CAO	SAD	EEE	PSI	CRI	FOR	RSI
Nº de sugestões dos clientes	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de sugestões dos significativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de sugestões outras entidades externas	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de reclamações dos clientes	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de reclamações dos significativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de reclamações outras entidades externas	0	0	0	0	0	0	0	0

Handwritten notes and signatures:
 CC3664
 Shingay
 CAR
 Angélica Dias



INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

CAO – CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS								
RESPOSTA SOCIAL	UTENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE UTENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS
CAO 1 - SEDE	30	30	13	17	1	30	100%	Os clientes que saíram foram substituídos de imediato
CAO 2 - SEDE	28	30	12	16	4	28	100%	Os clientes que saíram foram substituídos de imediato

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

EEE- ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL								
EEE	ENCAMINHADOS PELA DGEST	APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS
ALUNOS	2	5	4	1	2	3	100%	

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

LAR DAS CAMÉLIAS								
RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE CLIENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS
LAR RESIDENCIAL	13	13	4	9	2	11	100%	

Li Paul
CC366h
Medifur
Shingy
Cap
zulu
Pro
Co


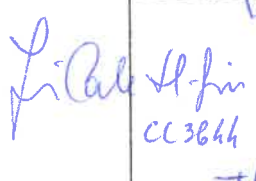
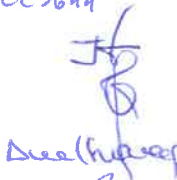







INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
SAD – SERVIÇO DE APOIO AO DOMICILIO

RESPOSTA SOCIAL	UTENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE UTENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECERAM	Grau de Execução	OBS
SAD	30	36	17	19	7	29	105%	

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Cursos de Formação	Tipo de Percorso	Nº de formandos/as	M	F	Desistiram	Concluíram	Transitaram para 2026	OBS
Carpintaria (curso 6)	C	6	6	0	0	0	6	T 3.01 Operação PESSOAS-FSE +- 01563600 Operação cofinanciada pelo FSE
Pastelaria (curso 1)	C	6	2	4	0	0	6	
Aux. Cozinha (curso 7)	C	6	3	3	0	0	6	
Aux. Serviços gerais (curso 6)	C	6	2	3	1	0	5	
Formação Contínua em Jardinagem (curso 11)- a iniciar em Maio 26	Continua	6						
Formação Contínua em Pastelaria (curso 12)- a iniciar em Setembro 26	Continua	6						
Formação Contínua em Carpintaria (curso 14)- a iniciar em Dezembro 26	Continua	6						

CERCIFEIRA
 Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
 NIF: 501 095 535
 Rua Dr. Santos Carreira, 4
 4520-221 Santa Maria da Feira
 Tel: 256 374 472 - Fax: 256 375 405



 CC 38644









INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

SONHO DA CRIANÇA								
RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE CLIENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEREM	Grau de Execução	OBS
CRECHE	55	60	36	24	24	60*	105%	*A vagas foram preenchidas com nova inscrições

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

SONHO DA CRIANÇA								
RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE CLIENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEREM	Grau de Execução	OBS
CATL	20	24	10	14	3	22*	103%	

CERCIFEIRA
 Cooperativa para a Educação e Reabilitação
 de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRI
 NIF: 501 095 535
 Rua Dr. Santos Carneiro, 4
 4520-221 Santa Maria da Feira
 Tel: 256 374 472 - Fax: 256 375 405

Li Cah Alhi
CE 3044
A. M. F. S. C. P.

Shmay

Cam.

Amico

3700

3700

3700

3700

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

CRI – CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

(Apoio aos alunos dos Concelhos São João da Madeira e Santa Maria da Feira)

CONCELHO DE SÃO JOÃO DA MADEIRA	Agrupamento Escolas Oliveira Júnior		Agrupamento Escolas Serafim Leite		Agrupamento Escolas Silva Correia		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Nº Alunos apoiados	6	9	3	4	3	1	26
Agrupamento de Escolas de ARRIFANA							
CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA	Agrupamento de Escolas Ferreira da Silva		Agrupamento de Escolas Loureiro		Agrupamento de Escolas Soares de Basto		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Nº Alunos apoiados	4	2	4	4	2	1	10
CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	Agrupamento de Escolas Ferreira da Silva		Agrupamento de Escolas Loureiro		Agrupamento de Escolas Soares de Basto		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Nº Alunos apoiados	4	2	4	4	2	0	22
TOTAIS							58

CERCIFEIRA
 Cooperativa para a Educação e Reabilitação
 de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
 NIF: 501 095 535
 Rua Dr. Santos Carneiro, 4
 4520-221 Santa Maria da Feira
 Tel: 256 374 472 - Fax: 256 375 405

Li Cal Affi
CC 3644

Shmay

Car. Silva

Angol Dias

see / sup...

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

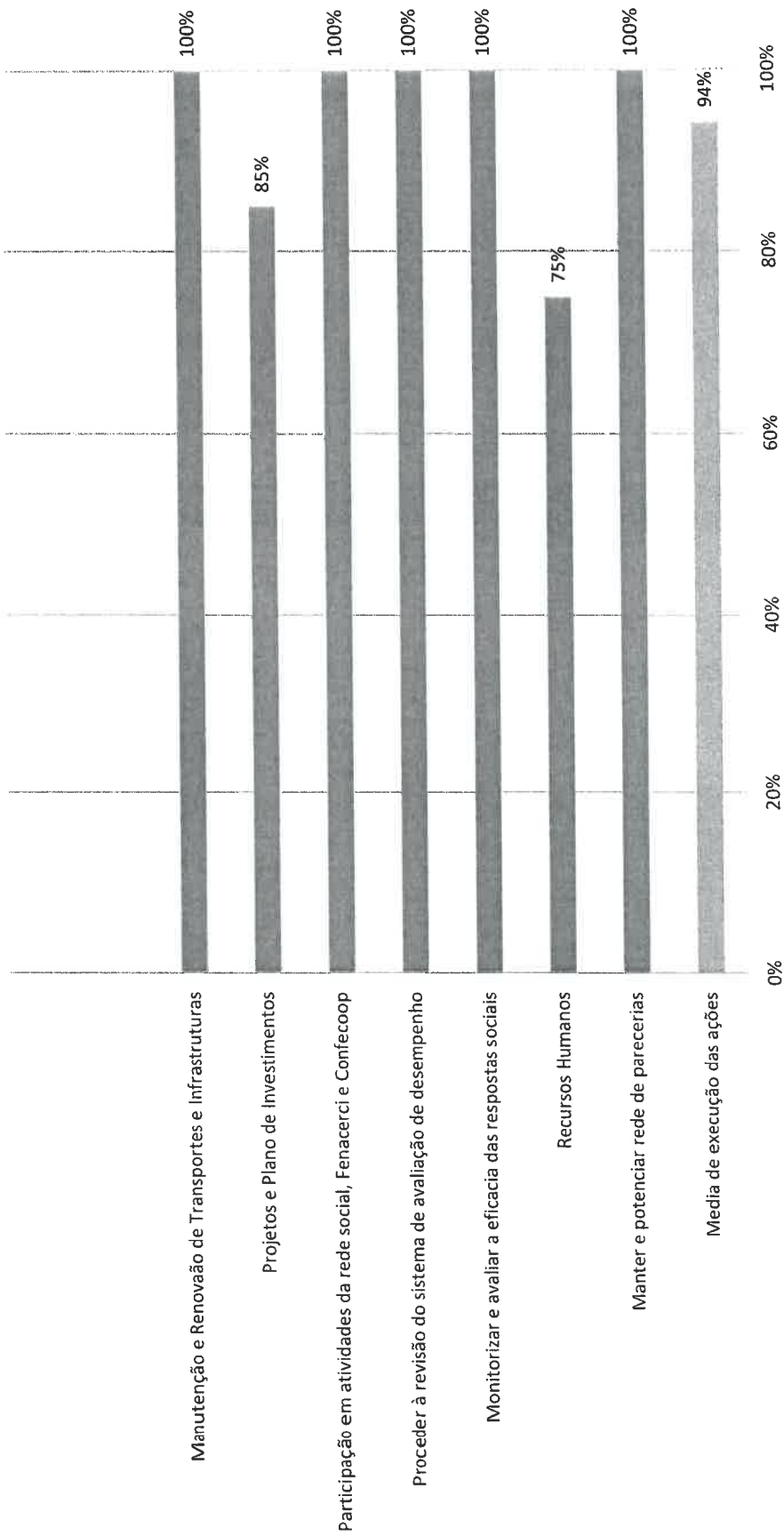
SAAS/RSI

Técnico Gestor de Processo (TGP)	AÇÃO SOCIAL		RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO		Nº agregados familiares apoiados através de PPCE até 31.12.25	Nº Atendimentos efetuados até 31.12.25	Nº visitas domiciliares realizadas até 31.12.25	Nº indivíduos/agregados encaminhados pela LNES até 31.12.25	Nº de indivíduos apoiados em alojamento de emergência temporário até 31.12.25
	Nº processos em acompanhamento a 31.12.25	Nº Acordos de Inserção Social até 31.12.25	Nº processos em acompanhamento a 31.12.25	Nº Contratos de Inserção até 31.12.25					
TGP 1 Catarina Andrade	98	24	37	37	47	531	24	9	3
TGP 2 Alexandre Resende	61	14	34	33	40	325	23	4	2
TOTAL	159	38	71	70	87	856	47	13	5

CERCIFEIRA
 Cooperativa para a Educação e Reabilitação
 de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
 NIF: 501 095 535
 Rua Dr. Santos Carneiro, 4
 4520-221 Santa Maria da Feira
 Tel: 256 374 472 - Fax: 256 375 405

Handwritten signatures and notes in blue ink:
 - Top right: *ce3644*
 - Middle right: *Shincy*
 - Bottom right: *duke*
 - Far right: *Supercop*

Percentagem de execução dos objetivos do plano estratégico



CERCIFEIRA
 Cooperativa para a Educação e Reabilitação
 de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
 NIF: 501 095 535
 Rua Dr. Santos Carneiro, 4
 4520-221 Santa Maria da Feira
 Tel: 256 374 472 - Fax: 256 375 405

Li Carlos
ce36hh
Amalhepoepp
Shmay
Cap.
Ambr
Ambr
Ambr

Handwritten notes and signatures in blue ink:
Li Carl Hfin
cc3644
Associação Cultural 432Hz
Shinay
Col. milca
Arguel
Lis

6. Avaliação da Satisfação das Partes Interessadas

No ano 2025 não se procedeu a avaliação das partes interessadas, prevemos retomar ao longo do ano 2026

7. Atividades em destaque 2025

Entre os dias 20 e 25 de setembro, um grupo da Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira viajou até aos Açores. Foram ouvir o mar. Não no sentido metafórico. Foram mesmo com auscultadores, microfones, etc,etc...

A bordo com a Sea Colors Expeditions, foram ao encontro dos sons debaixo de água. Não sabiam bem o que iam encontrar. São sons que se sentem mais do que se ouvem. Vibrações, borbulhas, suspiros de baleias ao longe, assobios e cliques dos golfinhos. O mundo subaquático não é um lugar silencioso. É outro tipo de concerto.

Durante a residência, houve também intercâmbio com alunos do Conservatório de Música de Ponta Delgada e com a Associação Cultural 432Hz.

O que gravaram há-de transformar-se no Movimento IV do projeto "Água - Música Aquática e Subaquática", uma aproximação sensorial e criativa ao universo sonoro dos ecossistemas aquáticos



No âmbito do Projeto Lab In Dança a CerciFeira participou numa residência artística entre os dias 23 e 29 de novembro de 2025, em Madrid, sob orientação da coreógrafa Gabriela Martín na Fundacion Psicólogo Ballet Maitê Léon. Entre aulas de diferentes estilos de dança, uma apresentação final começou a ser desenhada para o festival do Imaginarius de 2026”.

Visita maravilhosa de uma pequena parte da empresa LabinDança do festival Imaginarius a Madrid. Continuamos com o processo de criação da peça 'Nomads', concebida e coreografada por Margarita Reyna e Gabriela Martín. Um projeto que reúne culturas, pessoas e paisagens, e que nos enche de animação especial.



Handwritten notes and signatures in blue ink:
ce 30h
A...
For
Shiny
Cap
...
...
...



8. Contas do Exercício 2025

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
NIF: 501 095 535
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel: 256 374 472 - Fax: 256 375 405

Li Cavallari
ce3644

Acacilhuço

CERCIFEIRA
Anexo
31 de dezembro de 2025

Shirley

Carl.

Luís
Angela
de

1 Identificação da Entidade

A “CERCIFEIRA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Cooperativa”, com sede em Rua Dr. Santos Carneiro 4, em Santa Maria da Feira.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados

contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivamente nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil,
- ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5 Inventários

Não existem "Inventários" contabilizados.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão. Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Handwritten notes and signatures in blue ink:
- Top right: Large signature and initials.
- Middle right: "ce 36hly", "\$ #", "ccc (ccc)ccc".
- Bottom right: "Shimay", "Cap", "Zuhic", "Anger", "Dias".

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados". E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e

Handwritten notes and signatures in blue ink:
CC 364h
A...
Shingy
Ced
Lúcia
Miguel
Dias

dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Ativos fixos tangíveis

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos:

Activos fixos tangíveis

descrição	SALDO INICIAL	Aumentos	Alienações	Transf.	SALDO FINAL
Terrenos e recursos naturais	470.565,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	470.565,47 €
Edifícios e outras construções	1.567.354,26 €	134.318,18 €	0,00 €	0,00 €	1.701.672,44 €
Equipamaneto básico	599.573,22 €	57.613,95 €	0,00 €	0,00 €	657.187,17 €
Equipamaneto transporte	425.858,75 €	114.129,73 €	0,00 €	0,00 €	539.988,48 €
Equipamaneto administrativo	148.283,95 €	28.688,26 €	0,00 €	0,00 €	176.972,21 €
Outros activos tangíveis	106.610,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	106.610,49 €
Activo tangível bruto	3.318.246,14 €	334.750,12 €	0,00 €	0,00 €	3.652.996,26 €
Activo intangível	26.703,15 €	0,00 €	-25.253,14 €	0,00 €	1.450,01 €
depreciações acumuladas	2.640.733,50 €	0,00 €	0,00 €	26.964,88 €	2.854.115,01 €
Activo tangível líquido	704.215,19 €	0,00 €	0,00 €	26.964,88 €	827.296,14 €

5 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" não apresentava valores.

7 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1.711,74	1.711,74
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1.711,74	1.711,74

9.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes		
Clientes	-34.640,59	-40.860,89
Utentes	0,00	0,00
Total	-34.640,59	-40.860,89

9.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	-5.491,19	-1.443,54
Outros Devedores	-9.021,03	-14.301,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	-14.512,22	-15.744,54

9.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	73,13	57,62
Depósitos à ordem	178.962,36	189.734,59
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	179.035,49	189.792,21

9.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	97.034,85	0,00	0,00	97.034,85
Resultados transitados	694.519,43	0,00	-8.680,59	685.838,84
Excedentes de revalorização	216.055,07	0,00	0,00	216.055,07
Outras variações nos fundos patrimoniais	62.597,46	3.107,37	0,00	65.704,83
Total	1.085.206,81	3.107,37	-8.680,59	1.079.633,59

9.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	34.640,59	40.860,89
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	34.640,59	40.860,89

9.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Activo		
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Outros Impostos e Taxas	13.902,35	13.766,94
Segurança Social	61.420,41	64.945,54
Total	75.322,76	78.712,48

9.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Outras operações		5.491,19		1.443,54
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		1.165,55		6.347,52
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		9.021,03		14.301,00
Total	0,00	15.677,77	0,00	22.092,06

9.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.993.747,77	1.810.009,25
Subsídios de outras entidades	338.924,90	477.090,61
Total	2.332.672,67	2.287.099,86

9.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	899,77	0,00
Serviços especializados	217.512,45	206.489,48
Materiais	6.646,46	7.982,56
Energia e fluidos	102.570,55	96.735,39
Deslocações, estadas e transportes	1.927,77	2.694,95
Serviços diversos	142.046,01	98.103,07
Total	471.603,01	412.005,45

9.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	163.696,58	179.213,54
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	3.053,25	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13.771,96	16.664,27
Total	180.521,79	195.877,81

9.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	400,40	69,93
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	117.972,73	130.078,97
Outros Gastos e Perdas	385.935,44	496.341,86
Total	504.308,57	626.490,76

9.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	3.298,31
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	635,87	6.887,67
Total	635,87	10.185,98
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	111,24	60,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	111,24	60,00
Resultados Financeiros	-524,63	-10.125,98

9.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Handwritten notes and signatures:
 Li...
 ce 3644
 \$ =
 Red...
 Shina
 CAP
 Maria
 Ang...
 Dias

CERCIFEIRA

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2025

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		824.134,39	806.337,60
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		1.450,01	1.450,01
Activos biológicos		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1.711,74	1.711,74
		827.296,14	809.499,35
Activo corrente			
Clientes		9.423,86	7.116,73
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber		683.605,75	709.311,09
Diferimentos		0,00	0,00
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		140.778,54	179.035,49
		833.808,15	895.463,31
Total do activo		1.661.104,29	1.704.962,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio		15.000,00	15.000,00
Reservas legais		97.034,85	97.034,85
Outras reservas		216.055,07	216.055,07
Resultados transitados		685.838,84	694.519,43
Subsídios ao Investimento		65.704,83	62.597,46
		1.079.633,59	1.085.206,81
Resultado líquido do período		5.976,96	3.319,41
Total do capital próprio		1.085.610,55	1.088.526,22
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		273.673,85	298.592,24
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		273.673,85	298.592,24
Passivo corrente			
Fornecedores		34.640,59	40.860,89
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		75.322,76	78.712,48
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		191.856,54	198.270,83
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos correntes		0,00	0,00
		301.819,89	317.844,20
Total do passivo		575.493,74	616.436,44
Total do capital próprio e do passivo		1.661.104,29	1.704.962,66

CERCIFEIRA

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados		302.791,53	287.758,83
Subsídios à exploração		2.332.672,67	2.287.099,86
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas empreendimentos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-471.603,01	-412.005,45
Gastos com o pessoal		-1.738.693,09	-1.643.463,02
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		180.521,79	195.877,81
Outros gastos e perdas		-504.308,57	-626.490,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		101.381,32	88.777,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-94.879,73	-75.331,88
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis perdas/reversões		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.501,59	13.445,39
Juros e rendimentos similares obtidos		111,24	60,00
Juros e gastos similares suportados		-635,87	-10.185,98
Resultado antes de impostos		5.976,96	3.319,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		5.976,96	3.319,41

CERCIFEIRA
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

VALORES EM EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		297.667,81	298.985,08
Pagamentos de Apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-357.601,77	-354.946,09
Pagamentos ao pessoal		-197.682,32	-197.682,32
Caixa gerada pelas operações		-257.616,28	-253.643,33
		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		208.643,72	227.194,57
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-48.972,56	-26.448,76
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1.711,74	1.711,74
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		111,24	7.092,63
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1.822,98	8.804,37
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		8.892,63	6.887,67
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		8.892,63	6.887,67
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		-38.256,95	-10.756,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		179.035,49	189.792,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		140.778,54	179.035,49

gastos	2024	2025	%	2024/2025
fornecimento e serviços externos	412.005,45 €	471.603,01 €	16,8%	14,5%
gastos com Pessoal	1.643.463,02 €	1.738.693,09 €	61,9%	5,8%
gastos dep amortização	75.331,88 €	94.879,73 €	3,4%	25,9%
bolsas e gastos	626.490,76 €	504.308,57 €	17,9%	-19,5%
outros gastos e perdas	10.185,98 €	635,87 €	0,0%	-93,8%
TOTAL	2.767.477,09 €	2.810.120,27 €	100,00%	1,5%
rendimentos	2024	2025	%	2024/2025
prestações de serviços	287.758,83 €	302.791,53 €	10,8%	5,2%
subsídios	2.287.099,86 €	2.332.672,67 €	82,8%	2,0%
outros rendimentos	195.937,81 €	180.633,03 €	6,4%	-7,8%
TOTAL	2.770.796,50 €	2.816.097,23 €	100,00%	1,6%
Saldo	3.319,41 €	5.976,96 €		

Gastos	Orçamento 2025	Real 2025	%	Diferença
fornecimento e serviços externos	749.733,10 €	471.603,01 €	16,8%	-37,1%
gastos com Pessoal	1.444.970,72 €	1.738.693,09 €	61,9%	20,3%
bolsas e gastos	0,00 €	94.879,73 €	3,4%	100,0%
depreciação e gastos	267.782,46 €	504.308,57 €	17,9%	88,3%
gastos suportados	457.903,21 €	635,87 €	0,0%	-99,9%
TOTAL	2.920.389,49 €	2.810.120,27 €	100,0%	-3,8%
Rendimentos	Orçamento 2025	Real 2025	%	Diferença
prestações de serviços	293.163,05 €	302.791,53 €	10,8%	3,3%
subsídios	2.195.644,76 €	2.332.672,67 €	82,8%	6,2%
rendimentos obtidos	431.581,68 €	180.633,03 €	6,4%	-58,1%
TOTAL	2.920.389,49 €	2.816.097,23 €	100,0%	-3,6%
SALDO	0,00 €	5.976,96 €		

fornecimentos serviços externos	2024	2025		2024/2025
trabalhos especializados	120.490,26 €	110.722,60 €	23,5%	-8,1%
honorários	37.025,57 €	53.703,69 €	11,4%	45,0%
conservação e reparação	48.511,60 €	51.569,60 €	10,9%	6,3%
ferramentas e utensílios	326,74 €	1.438,12 €	0,3%	340,1%
material de escritório	7.069,22 €	4.363,90 €	0,9%	-38,3%
electricidade	31.287,71 €	32.123,99 €	6,8%	2,7%
combustíveis	32.601,98 €	35.424,22 €	7,5%	8,7%
agua	15.951,58 €	13.773,97 €	2,9%	-13,7%
gas	16.894,12 €	21.288,37 €	4,5%	26,0%
comunicações	20.077,26 €	18.980,11 €	4,0%	-5,5%
seguros	9.131,46 €	9.728,40 €	2,1%	6,5%
limpeza e higiene	21.615,27 €	19.802,52 €	4,2%	-8,4%
outros gastos	51.022,68 €	98.743,81 €	20,9%	93,5%
TOTAL	412.005,45 €	471.663,30 €	100,0%	14,5%

Handwritten notes and signatures:
 cc36h
 Avelupera
 Shinay
 Cap. Juba
 Argos
 Dias

Direção

Presidente: Rocco Di Bernardo – nº1314
Vice-Presidente: Paula Cristina Gomes Albuquerque - nº 1309
Tesoureiro: João Carlos Marques Higino Oliveira – nº 1427
Vogal: Iva Rafaela Costa Pinto – nº 1618
Secretária: Carla Patrícia Costa Loureiro – nº 1498

Mesa da Assembleia

Presidente: André Soares Pinho – nº 1534
Vice-Presidente: Miguel Alberto Lemos S. Martinho – 1598
Secretário: Marta Sofia de Lima Sá - 1663

Conselho fiscal

Presidente: António Augusto Farias da Silva – nº 13
Vogal: Fernando Alves da Silva – nº 1519
Vogal: Manuel Sousa Baltarejo – nº 43

Handwritten signatures and notes in blue ink:
- Top right: "Li Carlos Pinho CC36hh"
- Middle right: "Avelar" (partially obscured)
- Far right: "Shiray"
- Bottom right: "Cap. Alves"
- Bottom right: "Manuel Sousa Baltarejo"
- Bottom right: "dicas"

**1. Programa Nacional de Financiamento de projetos pelo INR
 IP - 2025**

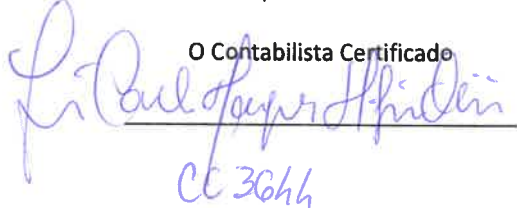
Identificação do projeto: Cercifeira nº projeto 211/2025
 Nome do projeto: Verão em Movimento
 Data de execução: 23/06/2025 a 22/07/2025
 Área temática C * Valor de apoio financeiro do INR IP 1.024,55 €
 Custo de execução do projeto 1.576,10 €
 Caraterização do projeto:

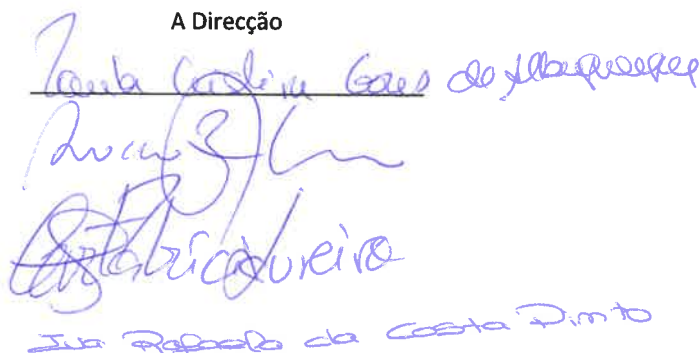
O projeto 211/2025 devido à falta de verba suficiente para o executar na totalidade, foi alvo de um pedido de alteração, e a partir daí deu-se início, na data prevista, a uma das duas atividades que compuseram: praia da Mamoá. Esta atividade consistiu em proporcionar à quase totalidade dos clientes do CACI a frequentar a praia fluvial. Fizeram-no todas as manhãs, durante uma semana. No dia 22 de julho decorreu a segunda e última atividade do projeto com o mega pique nique na mata do Buçaquinho. Todos os clientes estiveram presentes assim como os colaboradores da valência. Ali, além de lancharem e almoçarem, relaxaram, contactaram com a natureza, caminharam, participaram em jogos previamente programados. Foi um dia de convívio em pleno, fora de portas.

Identificação do projeto: Cercifeira nº projeto 274/2025
 Nome do projeto: Verão Azul
 Data de execução: 01/08/2025 a 31/08/2025
 Área temática C * Valor de apoio financeiro do INR IP 3.321,17 €
 Custo de execução do projeto 3.700,08 €
 Caraterização do projeto:

O projeto Verão Azul inicio a 1 de agosto e terminou a 31 de agosto. O publico alvo foram 13 clientes com deficiência e incapacidade do Lar Residencial "Casa das Camélias". As idades destes variam entre os 38 e os 70 anos. A base das férias foi a praia de Esmoriz com excepção de entre 4 a 7 de agosto, em que os clientes e alguns colaboradores ficaram em Aveiro na "Casa dos Mortágua" em Fermelã. Estes dias forma usados para exploração da cidade de Aveiro e arredores. Nos dias 11, 16, 23 e 30, houve passeios a parques para a realização de piqueniques e passeios nas regiões de Santa Maria da Feira, Torreira, Esmoriz e Vila Nova de Gaia. Noutros dias, gozaram dias de praia em Esmoriz.

Santa Maria da Feira, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

 CC 3644

A Direcção

 Ana Carolina
 Ana Carolina Costa Pinto

